Conselho Nacional do Ministério Público

Biênios 2009-2011 e 2011-2013

Presidência
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Procurador-Geral da República

CNMP
Conselho Nacional do Ministério Público

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SUMÁRIO

1. Planejamento Estratégico do CNMP 2010-2015
2. Orçamento
3. Autonomia administrativa
4. Auditoria Interna
5. Quadro de pessoal e gestão sustentável
6. Instalações
7. Tecnologia da informação
8. Comunicação e transparência
9. Publicações e produção de conhecimento
10. Articulação
11. Plenário, Comissões e projetos

1. Planejamento Estratégico do CNMP 2010-2015

O CNMP expressou seu compromisso com a visão estratégica de sua atuação ao empreender amplo esforço de planejamento estratégico no início de 2010, num momento em que a própria estruturação do órgão ainda não estava concluída. Um dos primeiros passos na construção do planejamento foi a criação da Secretaria de Gestão Estratégica, vinculada à Secretaria-Geral do CNMP, em abril de 2010. O setor ficou responsável por dar suporte ao processo de construção do planejamento.

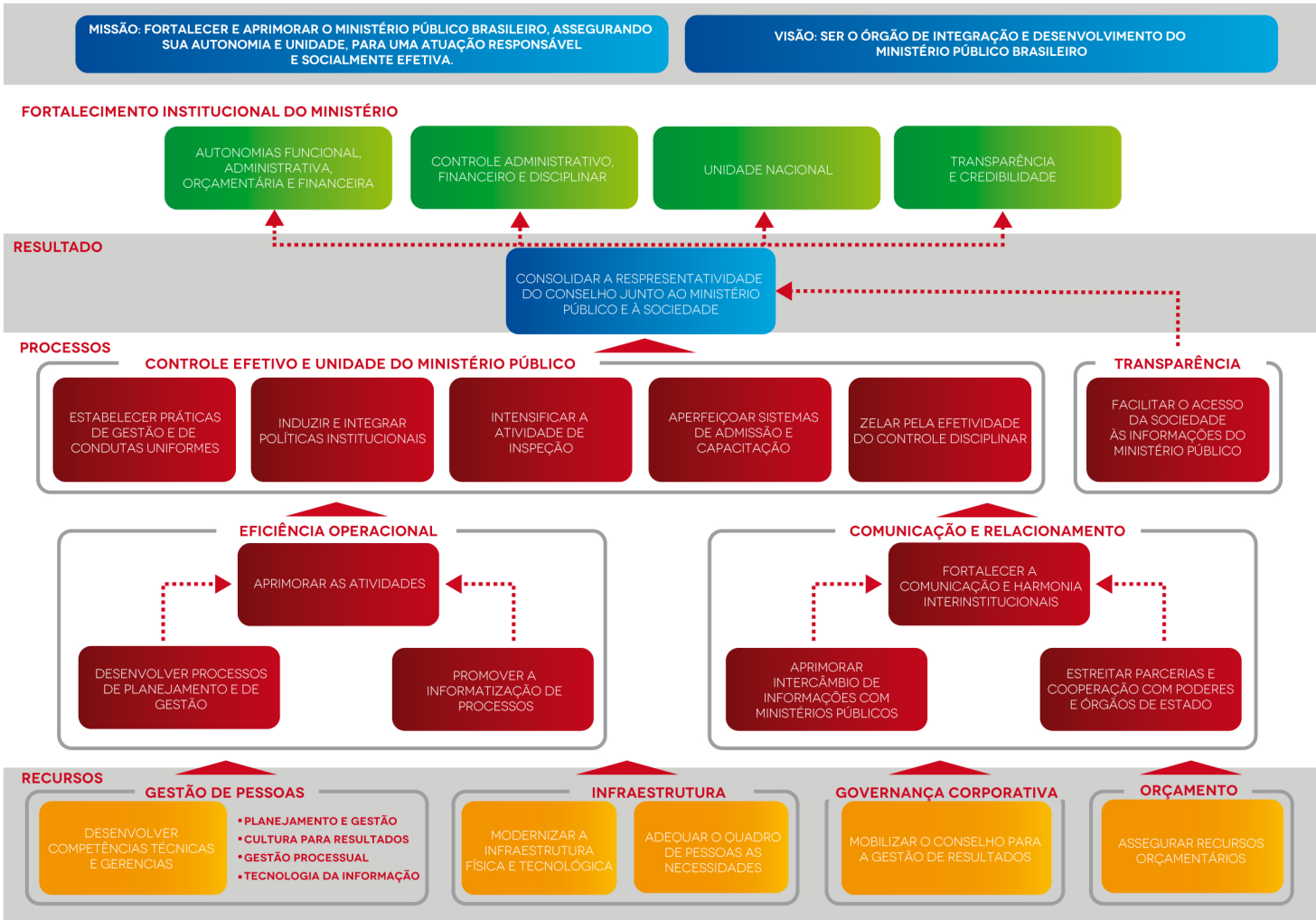
Para a elaboração do planejamento estratégico, foram realizadas entrevistas com as lideranças do CNMP (presidente, conselheiros, secretário-geral e secretária-geral adjunta), ex-conselheiros e representantes de instituições como:

- Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Supremo Tribunal Federal (STF);
- Ministério da Justiça (MJ);
- Defensoria Pública da União (DPU);
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Ministério Público Militar (MPM);
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
- Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG); e
- Associação Nacional do Membros do Ministério Público (Conamp), entre outras.

O objetivo das entrevistas foi coletar informações para subsidiar a construção do Mapa Estratégico do CNMP (figura 1), baseado no modelo do *Balanced Scorecard,* metodologia na qual o trabalho é realizado coletivamente. A construção do conhecimento pelos diversos atores envolvidos valida os objetivos definidos.

Em 21 de junho de 2010, o CNMP lançou seu Plano Estratégico (PE-CNMP) para os cinco anos subsequentes. Os 22 objetivos estratégicos que compõem o mapa são acompanhados por meio de 46 indicadores. Foram definidos também 29 projetos estratégicos a ser executados até 2015, dos quais, até junho de 2013, 16 encontravam-se já concluídos, seis estavam em andamento, seis ainda não haviam sido iniciados e um foi cancelado por inviabilidade de execução (tabela na pg. 5).

MAPA ESTRATÉGICO DO CNMP



Projetos estratégicos definidos no PE-CNMP

PROJETO	SITUAÇÃO (JUN/13)
Uniformização das tabelas processuais (Taxonomia)	Concluído
Infraestrutura de tramitação processual e jurisprudência	Concluído
Sistema de sessão eletrônica	Concluído
Implementação das ações da Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro)	Concluído
Implementação das ações da Enasp (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública)	Concluído
Planejamento Estratégico Nacional	Concluído
Estratégia para racionalização da ação cível	Concluído
Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público	Concluído
Política Nacional de Comunicação do Ministério Público	Concluído
Fórum Nacional de Melhores Práticas de Gestão no Ministério Público	Concluído
Desenvolvimento do novo portal do CNMP	Concluído
Melhoria do Portal da Transparência	Concluído
Diagnóstico de imagem e satisfação do CNMP e do MP	Concluído
Projeto de Segurança Institucional	Concluído
SIPROC – Sistema Integrado de Informações e Inquéritos Civis, Processos Coletivos e Termos de Ajustamento de Conduta	Concluído
Implantação dos questionários de avaliação de governança institucional	Concluído
Uniformização de padrões de alimentação das informações dos Portais da Transparência dos MPs	Em andamento
Mapeamento dos processos de trabalho	Em andamento
Sistema Processual Eletrônico do CNMP	Em andamento
Cadastro Nacional de Membros do MP	Em andamento
Comitê dos órgãos de controle	Em andamento
Programa de modernização da infraestrutura do MP	Não iniciado
Registro civil	Não iniciado
Programa de ações temáticas para o Ministério Público	Não iniciado
Aperfeiçoamento do controle de interceptações telefônicas	Não iniciado
Capacitação de gestores do Ministério Público	Não iniciado
Criação do Diário Eletrônico do CNMP	Em andamento
Sistema de acompanhamento de inspeções e decisões dos Tribunais de Contas	Não iniciado
Uniformização dos Planos de Contas do MP	Cancelado

A execução do planejamento estratégico é feita por meio do desdobramento dos objetivos para o nível tático, em planos diretores setoriais. Desde 2011, o CNMP elabora Planos de Gestão anuais. O documento compila os planos das diversas áreas, com base nos quais é possível montar e gerenciar um grande portfólio de projetos e iniciativas para determinado ano, sempre vinculados ao planejamento estratégico.

Os Planos de Gestão de 2011 e 2012 abrangeram apenas a área-meio. Em 2013, o escopo foi ampliado, englobando também a área-fim (Corregedoria Nacional, Ouvidoria Nacional, Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública e as oito Comissões Permanentes então existentes). Ao todo, foram definidos 149 projetos, 155 indicadores e 143 processos prioritários nas 20 unidades participantes (11 da área-fim e nove da área-meio).

Os indicadores são outro instrumento de execução e monitoramento da estratégia. O objetivo é testar o progresso da organização em direção aos objetivos previamente definidos. Indicadores mostram a relação entre os objetivos estratégicos e as ações empreendidas, representando um teste permanente de validade da estratégia. No CNMP, foram criados indicadores nos três níveis organizacionais (estratégico, tático e operacional), monitorados da seguinte forma:

- Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAOs), mensais, que possibilitam que cada servidor leve ao conhecimento de seu secretário o andamento de projetos e indicadores sob sua responsabilidade. Na estrutura atual do CNMP, são executadas apenas na área-meio.

- Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs), bimestrais, que permitem um monitoramento do Plano de Ação Anual. Na área meio, é feita por meio da apresentação dos projetos e indicadores pelos secretários ao secretário-geral. Na área-fim, é feita no âmbito de cada Comissão, Corregedoria e Ouvidoria, por meio da apresentação dos projetos e indicadores pelos membros auxiliares e assessores aos respectivos conselheiros.

- Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs), semestrais, que levam à análise do presidente do CNMP e demais conselheiros a evolução de indicadores e projetos estratégicos selecionados com base nos níveis de monitoramento anteriores.

A divisão em níveis permite que a estratégia seja mais bem monitorada, uma vez que não é possível ao nível estratégico acompanhar todas as ações e indicadores definidos. Também permite que a cultura de gestão por resultados seja disseminada por toda a organização, na medida em que as ações táticas e operacionais estão ligadas a indicadores, os quais estão vinculados e alinhados à estratégia maior. Essa cultura será potencializada com a introdução de um *software* integrado de gestão (*Channel*), já adquirido e

em fase final de implantação.

A sincronização das ações no nível tático é feita ainda pelo Comitê de Agenda, composto por representantes das unidades da área-fim e da área-meio do Conselho. O Comitê é responsável por consolidar informações e adequar a disponibilidade de datas e iniciativas que concorram pela alocação de recursos físicos, humanos ou orçamentários do CNMP, como eventos, projetos, desenvolvimento de sistemas e contratações.

2. Orçamento

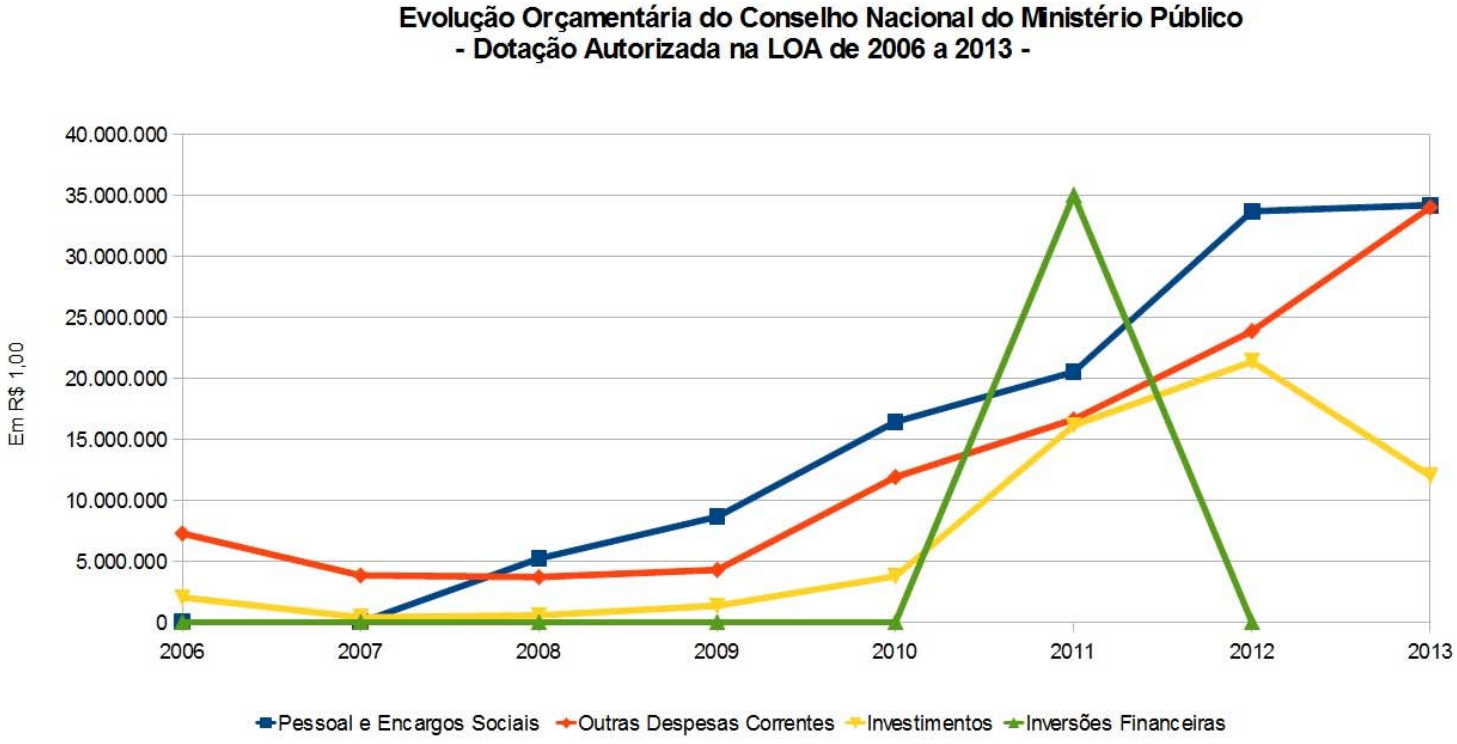
Até 2009, o CNMP era unidade orçamentária do Ministério Público da União (MPU). Não havia gestão própria do orçamento, que era feita via MPU e submetida às diretrizes orçamentárias do órgão. As negociações com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) eram feitas em conjunto com o MPU. Qualquer alteração na execução e o remanejamento de recursos deveriam ser analisados e validados pelo MPU, num procedimento que tornava onerosa a gestão do orçamento.

Para fortalecer o Conselho e viabilizar a execução dos projetos estratégicos, era essencial garantir não só os recursos orçamentários adequados, mas também a autonomia do CNMP na execução do seu orçamento. A partir de 2010, o CNMP deixou de ser unidade do MPU para se tornar órgão orçamentário, com gestão independente.

A primeira proposta orçamentária própria do CNMP ainda foi elaborada sob a supervisão da Secretaria de Planos e Orçamento (SPO) da Procuradoria Geral da República. Em fevereiro de 2010, foi criada a Secretaria de Planejamento Orçamentário na estrutura do Conselho. A primeira missão do novo setor foi avaliar a programação definida para 2010, com o objetivo de redimensioná-la e adequá-la ao novo panorama institucional. A SPO/CNMP coordenou, perante o Tesouro Nacional, a criação das unidades setoriais e gestoras do CNMP no SIAFI, o primeiro passo na concretização da separação do MPU.

Em 2011, com o término da vigência do Plano Plurianual 2008-2011, foi configurado um programa orçamentário específico para o CNMP (2100 – Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público), o que consolidou o processo de desvinculação do MPU.

Em paralelo à autonomia, houve atuação voltada para ampliar, na SOF, os recursos orçamentários destinados ao Conselho. O orçamento do CNMP saltou de cerca de R$ 14 milhões em 2009 para mais de R$ 78 milhões em 2013, **um aumento de 457%**. A evolução está descrita nas tabelas abaixo:



A proposta orçamentária do CNMP para 2014 foi aprovada pelo Plenário na 10ª Sessão Ordinária, realizada em 30/7/2013. O valor total é de R$ 113.795.001,00, um incremento de 45% em relação a 2013.

3. Autonomia administrativa do CNMP

A independência orçamentária foi o primeiro passo na autonomia do CNMP. Outros desafios enfrentados no processo foram implementar a estrutura organizacional e prover os cargos criados pelas Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009, e 12.412, de 31 de maio de 2011; capacitar os servidores para assumir novas atribuições; garantir espaço físico adequado para acomodar conselheiros, membros auxiliares e servidores; criar as rotinas administrativas e os processos de trabalho; investir em infraestrutura e alocar recursos para o desenvolvimento tecnológico, dentre outras atividades.

Para atingir esses objetivos, em março de 2010, começou o "Projeto de Estruturação e Autonomia do CNMP", elaborado e conduzido pela Secretaria-Geral do CNMP, com o apoio dos demais setores. Foram definidas cinco etapas principais:

a) Primeira etapa: assumir em definitivo a gestão orçamentária e financeira e a execução do orçamento do CNMP. Prazo: 30 de julho de 2010.

b) Segunda etapa: adequar a estrutura física e logística para o aumento do quadro de servidores, decorrente do crescimento das atividades institucionais e da aprovação das Leis n. 11.997/09 e 12.412/11. Prazo: 31 de junho de 2011.

c) Terceira etapa: coordenar as atividades e orientar os secretários na criação e estruturação das Secretarias (Planejamento Orçamentário, Administração, Tecnologia da Informação, Jurídica, Comunicação e Gestão Estratégica), com elaboração dos Planos de Gestão do CNMP. Atividade permanente.

d) Quarta etapa: elaborar e executar a folha de pagamento do CNMP. Foi estabelecido um prazo maior, por tratar-se de atividade de grande complexidade, que exigia estrutura tecnológica, desenvolvimento de sistemas e pessoal capacitado para o desempenho dessas atribuições. Etapa concluída em janeiro de 2013.

e) Quinta etapa: migração de todos os sistemas e estrutura de informática. Atividade complexa que exigiu aporte de capital, transferência de tecnologia e contratação de serviços, além de pessoal qualificado para assumir as novas atribuições. Etapa concluída no início de 2013.

As etapas foram cumpridas com êxito, possibilitando a autonomia e a independência do CNMP. Nesse processo, o Conselho assumiu serviços que antes eram executados total ou parcialmente pela Procuradoria Geral da República:

- Na execução orçamentária e financeira, o CNMP firmou convênios com os órgãos do Poder Executivo para utilizar os sistemas SIAFI, SIASG, SICAF, Comprasnet, SIGPLAN e outros; implantou o cartão de pagamentos do Governo Federal para realização de despesas com suprimento de fundos; assumiu a execução do orçamento, o pagamento das despesas e a conformidade da gestão.

- Na área de compras e contratos, houve substituição gradual dos contratos antigos, vinculados à PGR, por contratos exclusivos para atender ao Conselho e às suas demandas específicas. Até 2010, todos os contratos eram geridos pela Procuradoria Geral da República, com cláusulas que garantiam o atendimento ao CNMP, em sistema de gestão compartilhada. Em julho de 2010, foi criado o Núcleo de Compras e designada, em outubro, a Comissão Permanente de Licitação, o que possibilitou o planejamento e a execução de licitações próprias, garantindo as aquisições e contratações necessárias para o funcionamento do CNMP.

Quantidade de licitações realizadas

Ano	Número de licitações realizadas
2010	6
2011	57
2012	69
2013 (até 31 de julho)	33, sendo 15 concluídas e 18 em andamento

Mapeamento de processos

Para garantir a excelência da gestão, está em andamento no CNMP o mapeamento de processos. Os processos de trabalho de todas as unidades estão sendo mapeados, otimizados e documentados pela Secretaria de Gestão Estratégica. Isso facilita a transferência de conhecimento para novos servidores e a definição de indicadores, que são pilares na gestão por resultados. As atividades começaram em agosto de 2011 e devem terminar em 2015. A iniciativa é um dos projetos estratégicos do CNMP. Além do mapeamento em si, o projeto já realizou treinamentos com a finalidade de desenvolver competências técnicas e gerenciais do quadro de pessoal.

4. Auditoria Interna

A Auditoria Interna do Conselho Nacional do Ministério Público foi criada com a publicação da Lei nº 12.412/2011 e iniciou suas atividades no segundo semestre de 2011. Na etapa inicial, os serviços eram executados em conjunto com a Auditoria Interna do Ministério Público da União. Atualmente, a Auditoria Interna está estruturada, o que permitiu que os serviços antes executados pela AUDIN/MPU fossem feitos pela equipe do próprio Conselho.

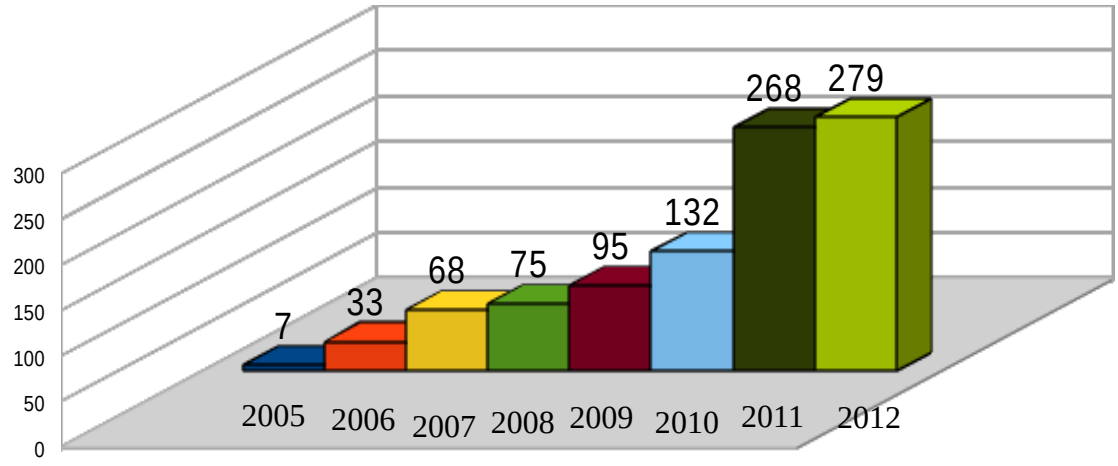
A Auditoria Interna assessora o presidente do CNMP no controle da legalidade e da regularidade dos atos de gestão das unidades do Conselho; elabora o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna; procede a ações de auditoria preventiva e avalia a legalidade, a legitimidade, a economicidade, entre outros princípios, e os resultados das ações de gestão contábil, administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal realizadas no CNMP; atua como interlocutor com o órgão de controle externo, além de coordenar e apoiar o atendimento às diligências e solicitações de informações desse órgão; presta orientações aos setores do Conselho nos assuntos inerentes à sua área de competência.

5. Quadro de pessoal, estrutura e gestão sustentável

A primeira lei sobre quadro de pessoal do CNMP foi aprovada em julho de 2009 (Lei nº 11.967/09) e criou 39 cargos em comissão e funções de confiança, dispostos em nova estrutura organizacional. No momento da aprovação da lei, no entanto, a estrutura e a quantidade de cargos já se mostravam insuficientes para atender às demandas do CNMP.

Novo projeto de lei foi apresentado ainda em 2009, sendo aprovado em 31/5/2011. A Lei nº 12.412/2011 criou 81 cargos efetivos de analista, 121 cargos efetivos de técnico, 92 cargos em comissão e funções de confiança, bem como alterou a estrutura administrativa do CNMP. A primeira nomeação dos novos servidores, realizada em 1º/7/2011, dotou o Conselho dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições.

O quadro de pessoal do Conselho passou de 95 servidores em 2009 para 279 pessoas em 2012, **um crescimento de 193%**, conforme gráfico abaixo.

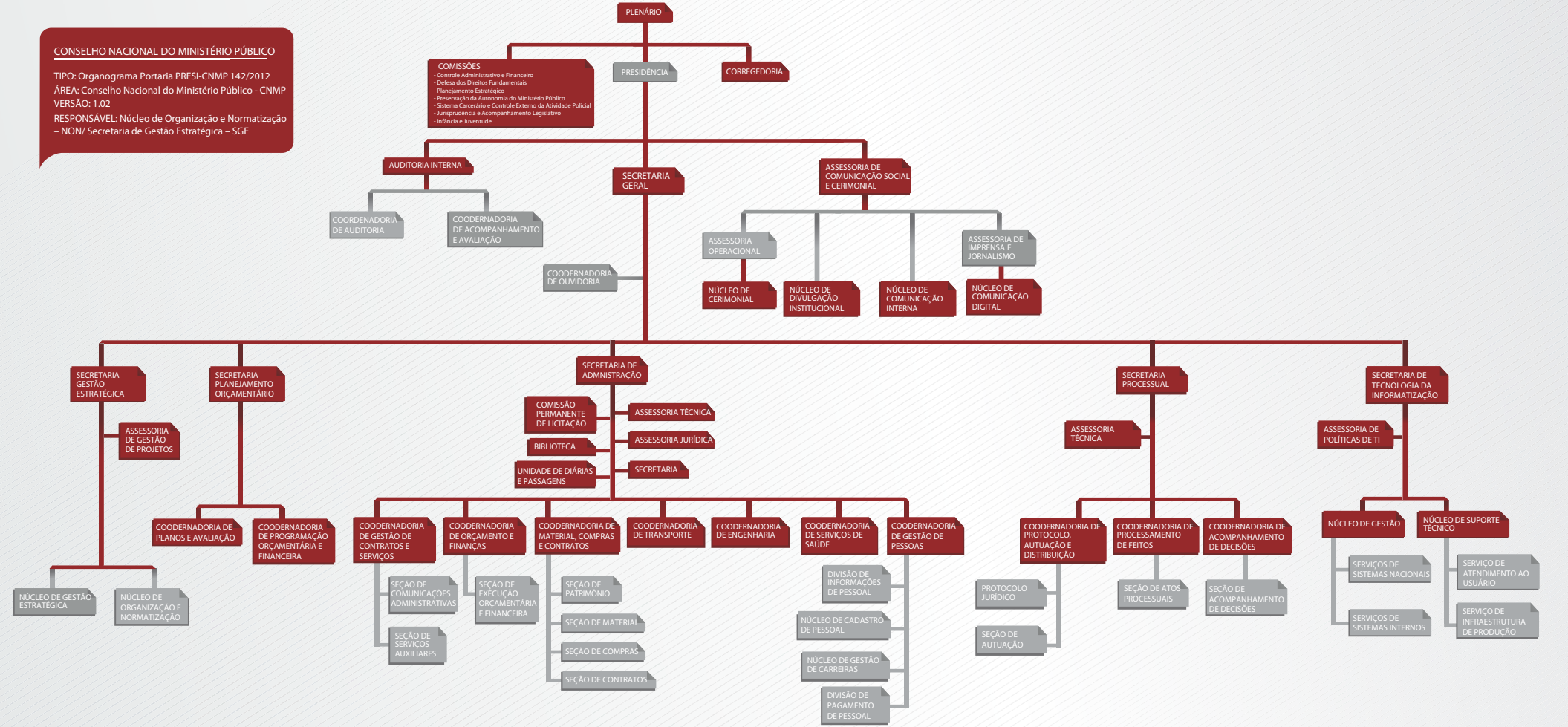


Observação: O número de servidores inclui os efetivos, os sem vínculo, os requisitados e cedidos.

Com a nomeação dos novos servidores, foi possível estruturar as secretarias, coordenadorias e setores do novo organograma do CNMP, previsto na Portaria PRESI-CNMP 142/2012 (página seguinte).

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TIPO: Organograma Portaria PRESI-CNMP 142/2012
ÁREA: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP
VERSÃO: 1.02
RESPONSÁVEL: Núcleo de Organização e Normatização – NON/ Secretaria de Gestão Estratégica – SGE



A Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGP) foi implantada no CNMP e assumiu, em etapas, serviços antes executados pela Procuradoria Geral da República. No início de 2011, foram firmados 13 convênios com faculdades e universidades do Distrito Federal, para a realização, no âmbito do Conselho, do primeiro concurso para seleção de estagiários em diversas áreas do conhecimento. A partir de então, deixou-se de utilizar o cadastro de estagiários aprovados em concursos realizados pela PGR. Hoje são 20 entidades de ensino superior conveniadas e 64 estagiários em exercício no CNMP, contra 18 estagiários atuando em 2011.

Em outubro de 2011, a COGP assumiu a conferência e autorização, no sistema SIAFI, da folha de pagamento do órgão. Apesar de o processo ser efetivamente realizado pela PGR, os servidores da divisão de pagamento acompanhavam a elaboração e execução da folha, iniciando o treinamento que possibilitou a migração de sistemas e de serviços para o Conselho. Em 2012, todos os servidores do setor participaram de treinamento nos sistemas de pessoal GPS, Grifo e Hórus.

Em janeiro de 2013, foi concluída a migração dos sistemas da área de pessoal. O CNMP assumiu definitivamente toda a gerência de pessoal: cadastro, frequência, nomeação/movimentação, férias, licenças, averbações, emissão de certidões, treinamento, avaliação de estágio probatório e de desempenho, progressão e promoção na carreira, seleção de estagiários. Além disso, passou a elaborar e executar a folha de pagamento dos conselheiros, servidores e estagiários.

Em abril de 2013, foi concluído o 1º Plano Anual de Capacitação, com base em consulta sobre necessidades de treinamento com os servidores do órgão. As ações serão desenvolvidas ao longo de 2013, com a expectativa de atingir a meta definida no Planejamento Estratégico de 40 horas de treinamento/servidor por ano. Até o momento, aconteceram 33 treinamentos, com o total de 84 servidores treinados. Foi concluída, ainda, a elaboração de todas as portarias normatizando a gestão de pessoal no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

O crescimento das atividades do Conselho e do quadro de pessoal levou a Secretaria-Geral a implementar, em setembro de 2012, o Programa de Gestão Sustentável, que estimula a sustentabilidade e a qualidade de vida socioambiental no Conselho. Já foram executadas ações de responsabilidade social e de qualidade de vida no trabalho; instituídas a separação dos resíduos recicláveis e a sua destinação a associações de catadores de materiais recicláveis; iniciada a especificação de critérios ambientais para a aquisição de bens e contratação de serviços (licitação verde).

6. Instalações

O crescimento do quadro de pessoal do Conselho exigiu duas mudanças de sede ao longo dos últimos quatro anos. Em 2008, o CNMP deixou as dependências da Procuradoria Geral da República e passou a ocupar dois blocos no Edifício Terracotta, prédio comercial alugado no Lago Sul. A partir de 2010, iniciado o processo de autonomia administrativa e com o aumento do quadro de pessoal, foi preciso ampliar o espaço destinado ao CNMP. A ampliação aconteceu em três etapas:

- Reforma e adequação do bloco G do Edifício Terracota (Sede 1) para acomodar a Corregedoria Nacional. Além da reforma, houve aquisição de mobiliário e contratação de serviços de vigilância, copeiragem, limpeza e reprografia.
- Reforma do bloco E do Edifício Terracota, para acomodar a Presidência e melhor atender aos gabinetes dos conselheiros. Os serviços foram finalizados em março de 2011.
- Mudança das áreas administrativas do CNMP para a Sede Administrativa (Sede 2), localizada no Setor de Autarquias Sul, espaço cedido pela Procuradoria Geral da República. A ocupação do prédio foi necessária por falta de espaço físico no Edifício Terracota. Foram feitas as seguintes ações de manutenção corretiva no edifício: reforma da rede lógica e telefônica; revisão das instalações elétricas e hidrossanitárias; revisão do sistema de climatização; contratação de serviços de vigilância armada e de brigadistas; contratação de serviços de conservação, de limpeza e de copeiragem; contratação de serviços de reprografia; e instalação de *link* de internet e do CPD.

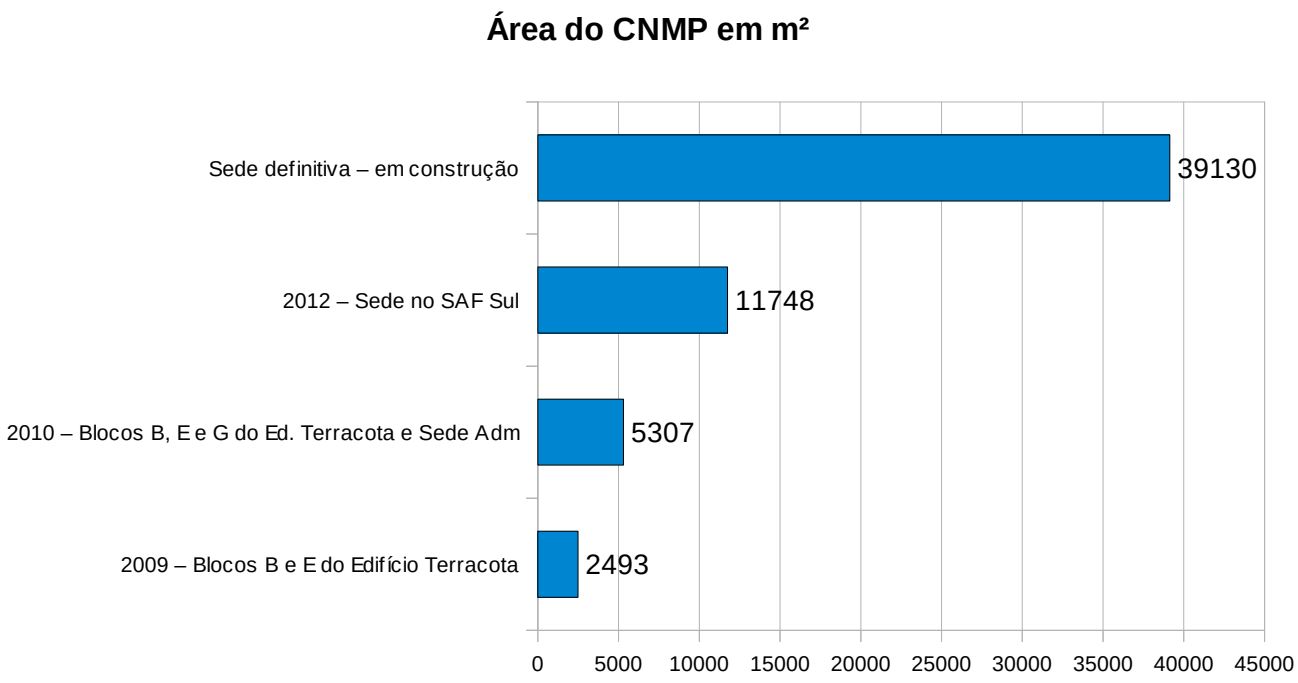
A solução era provisória, tendo em vista os problemas gerados pela divisão da equipe e pela dificuldade de administrar quatro prédios em dois locais diferentes. A mudança para a sede única aconteceu entre 28 de março e 9 de abril de 2012, sob a coordenação da Comissão de Logística da Mudança e com a participação ativa dos servidores do órgão.

Com espaço mais amplo para todos os setores e para o Plenário, a nova sede tem vantagens como auditório com 14 lugares, biblioteca e várias salas de reunião. Das 15 salas destinadas aos gabinetes, duas foram preparadas segundo as normas de acessibilidade. As novas instalações possuem salas para as Comissões e para os membros auxiliares;; lanchonete e biblioteca.

Em paralelo, a Presidência e as Secretarias Geral, Executiva e de Administração do CNMP atuam na construção da sede definitiva do CNMP, no Setor de Embaixadas Norte. O prédio com a construção já iniciada foi cedido ao CNMP pelo Ministério Público do Trabalho. O projeto passou por adaptações e já foi aprovado pelo Governo do Distrito Federal, que neste momento analisa processo sobre a destinação da área. A sede definitiva terá 39 mil metros quadrados divididos em cinco pavimentos, sendo dois andares e três subsolos. Haverá restaurante, biblioteca, auditório com 200 lugares, Plenário, área de convivência e

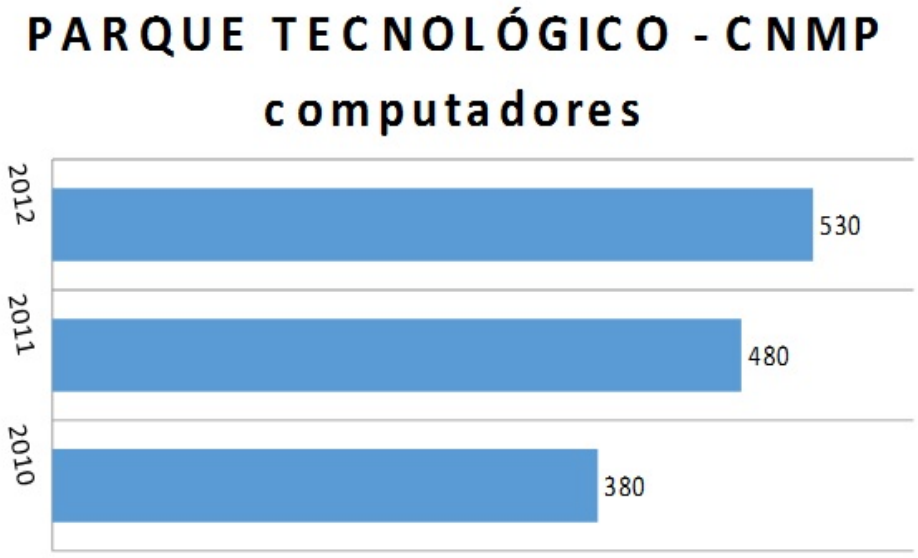
mais espaço para os setores do CNMP, conforme projeções de crescimento feitas pelas áreas.

A área disponível para o CNMP passou de 2.493 metros quadrados em 2009 (blocos B e E do Edifício Terracota, no Lado Sul) para 11.748 metros quadrados na sede atual, **um crescimento de 371%.**



7. Tecnologia da Informação

Em virtude do aumento no número de servidores e das mudanças de sede, **o parque tecnológico do Conselho foi ampliado em 39% em dois anos**, conforme quadro abaixo:



Diversos projetos objetivam a informatização e a automação do CNMP, com vistas ao aprimoramento dos serviços prestados. O Processo Eletrônico é um deles. Iniciado em 2011, tem o objetivo de instituir a tramitação eletrônica dos processos no CNMP em todas as suas fases, da autuação ao julgamento (ou arquivamento). A primeira etapa foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica CNMP/CNJ n. 59/11, para adoção do sistema já utilizado no CNJ, com as devidas adaptações.

Os servidores do CNMP já participaram de capacitação para configurar o sistema. Foram assinados acordos com a Ordem dos Advogados do Brasil, com a Receita Federal e com o Serpro, para obtenção de informações e de certificados digitais. A partir da publicação da Portaria PRESI-CNMP 119/13, servidores das Secretarias de Gestão Estratégica (SGE), de Tecnologia da Informação (STI), Processual (SPR) e Geral (SG) foram alocados em regime de dedicação exclusiva, em uma sala própria para o projeto.

A Sessão Eletrônica é uma ferramenta criada em 2010 pela STI do CNMP para auxiliar o trabalho da Secretaria Processual no registro e no assessoramento das sessões do Plenário. Em 2012, foi desenvolvida uma parte do sistema para utilização pelos conselheiros. A ferramenta permite que os processos sejam discutidos eletronicamente antes da sessão plenária, com o objetivo de agilizar os julgamentos e tornar a sessão mais produtiva.

Com projeto iniciado no segundo semestre de 2012, o Diário Eletrônico do CNMP está em fase de testes. Com implantação prevista para este ano, o diário será usado para publicar atos e decisões do Plenário do CNMP, da Corregedoria Nacional, atos da Presidência e da Secretaria Geral. O Diário Oficial Eletrônico do Conselho poderá ser acessado via link disponível na página do órgão na internet.

Também foram desenvolvidos e implantados sistemas para coleta e análise das informações fornecidas ao CNMP pelas unidades do Ministério Público, em atendimento a resoluções e normas do Conselho. Entre eles, destacam-se:

- CNMPInd, para envio de informação sobre a atividade-fim do Ministério Público, no ar desde 2008 e com funcionalidades ampliadas a partir da aprovação da Resolução n. 74/11 (vide pg. 20);
- SIP-MP, Sistema de Inspeções Prisionais do Ministério Público (pg. 25);
- Sistemas de coleta de informações das inspeções da Infância, previstas nas Resoluções n. 67/11 e 71/11 (pg 26);
- Inqueritômetro, que permite o acompanhamento, em tempo real, da evolução da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), de conclusão dos inquéritos antigos de homicídio;
- Banco Nacional de Projetos (pg 23);
- Portal de Direitos Coletivos (pg. 26); e
- Cadastro Nacional de Membros (pg. 27).

8. Comunicação e transparência

O CNMP aperfeiçoou suas atividades de comunicação com a estruturação da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial. O setor, que até 2010 tinha apenas dois servidores, conta hoje com equipe de onze servidores.

Em 2011, entrou no ar nova versão do sítio do CNMP na internet, em substituição à página antiga, elaborada em 2006 com apoio da Procuradoria Geral da República. O portal do Conselho reúne notícias sobre as atividades do órgão, informações sobre as sessões plenárias (pautas, integras de votos e decisões, áudios, etc), publicações, serviços (formulário eletrônico para envio de denúncias, formulário de sustentação oral e contato da Ouvidoria), entre outras informações essenciais para a prestação de contas das atividades do CNMP e para o relacionamento do órgão com a sociedade. A página também hospeda o

Portal da Transparência reformulado. A média de acessos é de 70 mil por mês. Para ampliar a divulgação dos conteúdos, a equipe administra e alimenta os canais oficiais do CNMP nas principais redes sociais (Facebook, Twitter, YouTube e Flickr).

O relacionamento com a imprensa registra média mensal de 80 atendimentos a jornalistas, o que gera a menção ao CNMP em cerca de 400 matérias jornalísticas todos os meses. A cada 15 dias, membros e servidores das unidades do MP brasileiro recebem uma edição do boletim *Direto do CNMP*, com as principais notícias sobre o Conselho. A newsletter é enviada para mais de 40 mil pessoas no Brasil.

A Ascom também desenvolve atividades de comunicação interna, entendida como ferramenta de gestão e de mobilização do público interno para os resultados da organização. O diálogo é feito por meio de instrumentos como intranet, jornal mural, campanhas, boletim eletrônico e boletim para comunicação direta entre chefias e servidores.

Em 2012, foi assinado contrato com agência de publicidade para desenvolver campanhas de comunicação de massa. A primeira delas foi a “Conte até 10. A raiva passa, a vida fica”, criada para a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). Atletas de renome – os lutadores de MMA Junior Cigano e Anderson Silva e os judocas Sarah Menezes e Leandro Guilheiro – participaram, para passar uma mensagem de paz e tolerância. Os atletas não cobraram cachê, e as peças (vídeos, jingles, anúncios para jornais impressos e portais de internet) foram exibidas gratuitamente por, pelo menos, 150 veículos de comunicação em todo o Brasil.

Por meio de articulação com o Ministério Público dos Estados, foram realizados 16 lançamentos regionais da campanha, repercutindo o tema ao longo dos meses de novembro e dezembro. Milhares de apoios locais foram recebidos, desde ringues de MMA, academias de luta e times de futebol até escolas uniformizadas com a marca e vitrines de lojas. As ações no Twitter da campanha “Conte até 10” tiveram abrangência (soma de seguidores dos perfis envolvidos) de 1.705.199 impactos, com mais de 2.272 mensagens criadas pelo CNMP, parceiros e cidadãos apenas no primeiro dia. Em 2013, a campanha está sendo levada às escolas de ensino médio, por meio de um projeto pedagógico.

9. Publicações e produção de conhecimento

De 2009 a 2013, o CNMP editou 21 publicações, incluindo relatórios, três edições da revista de jurisprudência e doutrina, manuais, etc. Coordenadas pelas Comissões Permanentes e editadas com o apoio da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, as publicações fomentam a reflexão sobre o papel do Ministério Público e debatem o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Ministério Público: Um Retrato – Elaborado pela Comissão de Planejamento Estratégico e com periodicidade anual, o estudo traz números nacionais sobre a atuação do Ministério Público brasileiro. O objetivo é fomentar a cultura da transparência no Ministério Público e permitir, a cada unidade, um planejamento mais eficaz de suas atividades e melhor definição de políticas e prioridades. Já foram lançadas duas edições (a de 2012, com dados relativos a 2011; e a de 2013, com dados relativos a 2012). As informações são enviadas ao Conselho pelos próprios MPs, em atendimento à Resolução CNMP n. 74/11, por meio do sistema CNMPInd.

Revista do CNMP – Conta com três edições, sobre os seguintes temas: modelos de Ministério Público; o Ministério Público e as Polícias; e Série Especial, com a íntegra das principais decisões do CNMP de 2005 a 2011. A revista é editada pela Comissão de Jurisprudência.

Revista do Congresso de Gestão – Traz artigos dos palestrantes participantes dos Congressos de Gestão do Ministério Público, sobre temas nas áreas de gestão, comunicação, tecnologia da informação. Três edições foram publicadas.

Relatórios – O relatório "Meta 2: a impunidade como alvo" foi editado pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) para dar publicidade aos resultados da meta de conclusão dos inquéritos de crimes de homicídio instaurados até 31 de dezembro de 2007. Já o relatório "A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional" - elaborado pela Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública - traz as informações levantadas durantes as inspeções conduzidas pelo Ministério Público nos estabelecimentos do sistema prisional, em atendimento à Resolução CNMP n. 56/10. Em agosto de 2013, foram lançados, pela Comissão de Infância e Juventude, os dois volumes do relatório "Um Olhar Mais Atento", com resultados das inspeções feitas pelo MP nas unidades de acolhimento de crianças e jovens e nas de internação e de semiliberdade.

Manuais – Quatro manuais já foram lançados: sobre a implantação do Programa Adolescente Aprendiz no Ministério Público (texto elaborado pela Comissão de Infância e Juventude); sobre o Portal da Transparência no MP (texto elaborado pelo Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência); sobre contribuições para a atuação do MP na Copa das Confederações e na Copa do Mundo (texto elaborado pelo Fórum Nacional de Articulação das Ações do Ministério Público na Copa do Mundo); e sobre o combate e prevenção ao trabalho infantil (texto elaborado pela Comissão de Infância e Juventude).

Cartilha – A Cartilha *Cidadão com Segurança* busca informar a população sobre seus direitos e deveres no relacionamento com as Polícias. Foi elaborada pela Comissão de Controle Externo da Atividade Policial.

CNMP 8 anos – Publicação elaborada por grupo de trabalho da Secretaria-Geral, reúne dados e informações históricas sobre os primeiros oito anos do Conselho.

Prêmio CNMP – Traz informações e a ficha técnica dos projetos vencedores do Prêmio na edição de 2013.

10. Articulação

Promover a articulação de políticas nacionais no Ministério Público - com foco na excelência dos serviços prestados e observada a autonomia de cada unidade - é objetivo estratégico do CNMP. Nessa linha, o Conselho desenvolveu várias ações a partir de junho de 2009:

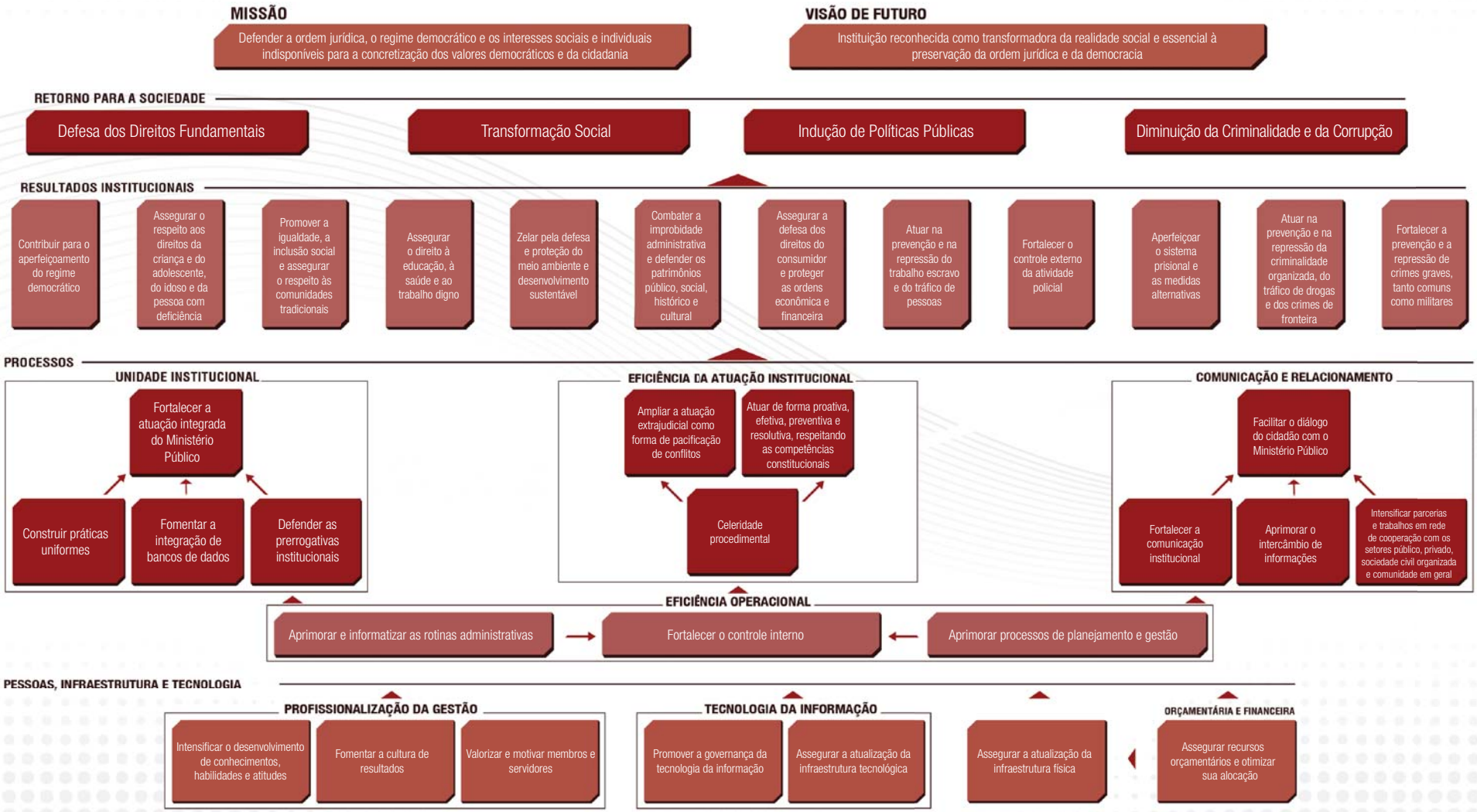
Planejamento Estratégico Nacional – Dentre os projetos do CNMP (tabela 1), destaca-se o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN), iniciativa por meio da qual o Conselho procurou agregar, à sua atribuição constitucional de controlar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, sua visão de "ser o órgão de integração e desenvolvimento do Ministério Público brasileiro". O projeto foi desenvolvido pela Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP e pela Secretaria de Gestão Estratégica.

O desafio era obter a unidade e a integração do Ministério Público sem desrespeitar a autonomia e a independência funcional e administrativa de cada unidade. Para isso, foi instituído Grupo de Apoio (com representantes de várias entidades de classe do Ministério Público), que, ao lado dos conselheiros, membros auxiliares, servidores do CNMP e de consultores especializados, participou da elaboração da metodologia de trabalho e de todos os passos do projeto. O Grupo de Apoio foi ainda responsável por validar as informações consolidadas em todo o processo de construção do PEN.

Os planejamentos estratégicos de todas as unidades do Ministério Público brasileiro foram analisados. Os procuradores-gerais de Justiça dos Estados e dos ramos do Ministério Público da União foram entrevistados. Pesquisa realizada via formulário eletrônico ouviu também 1.101 membros de todo o país. Foram realizados oito Encontros Regionais e um Encontro Nacional para divulgar o projeto e propor uma grande parceria.

Ao final, foi elaborado o Mapa Estratégico do Ministério Público brasileiro, lançado em novembro de 2011, tendo também como horizonte o ano de 2015, já alinhado com os mapas existentes no Ministério Público dos Estados e da União. O PEN estabelece quatro programas finalísticos: combate à criminalidade; infância e juventude; meio ambiente; e improbidade administrativa e corrupção (página seguinte).

Mapa Estratégico Nacional



A etapa de execução do PEN incluiu a realização de uma segunda rodada de eventos regionais (sete ao todo), a criação do Banco Nacional de Projetos – ferramenta de compartilhamento de boas práticas, disponível no site do CNMP – e do "Prêmio CNMP", para reconhecer os melhores projetos inscritos no banco. A primeira edição do Prêmio, em 2013, contou com a participação de 414 projetos.

Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação (CPTI) - Criado em 2009, o CPTI reúne representantes das unidades do Ministério Público, com o objetivo de discutir políticas integradas de Tecnologia da Informação para todo o Ministério Público, mapear problemas comuns e propor soluções. O grupo realiza reuniões em Brasília pelo menos três vezes por ano e discute temas como infraestrutura, sistemas de informação e governança em TI.

Um dos resultados do trabalho é a Mostra de Tecnologia do Ministério Público brasileiro. Com três edições realizadas desde 2010 (em Belo Horizonte, São Paulo e Recife), em parceria com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) e com a Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, o evento proporciona a troca de experiências entre gestores, dissemina boas práticas e apresenta sistemas ou soluções de tecnologia da informação bem-sucedidos e que possam ser adotados pelas diversas unidades do Ministério Público.

O CPTI também elaborou proposta de resolução para regulamentar, no âmbito do MP brasileiro, os procedimentos relativos a contratações de soluções de Tecnologia da Informação (TI).

Comitê de Políticas de Comunicação Social (CPCom) – O CPCom foi instituído pela Portaria CNMP-PRESI 58/2010, com o objetivo de contribuir para a integração e o desenvolvimento da comunicação no Ministério Público, por meio de planejamento, articulação e difusão de boas práticas em comunicação pública, visando à ampliação da transparência e do acesso dos cidadãos ao Ministério Público. Com representantes da área de comunicação de todas as unidades, o grupo já elaborou diagnóstico das estruturas de comunicação no Ministério Público, guia de boas práticas em mídias sociais e sugestões para uma política nacional de comunicação para o MP, enviada a procuradores-gerais e conselheiros. Além disso, articulou ações de comunicação em nível nacional, como a campanha "Conte até 10", da Enasp.

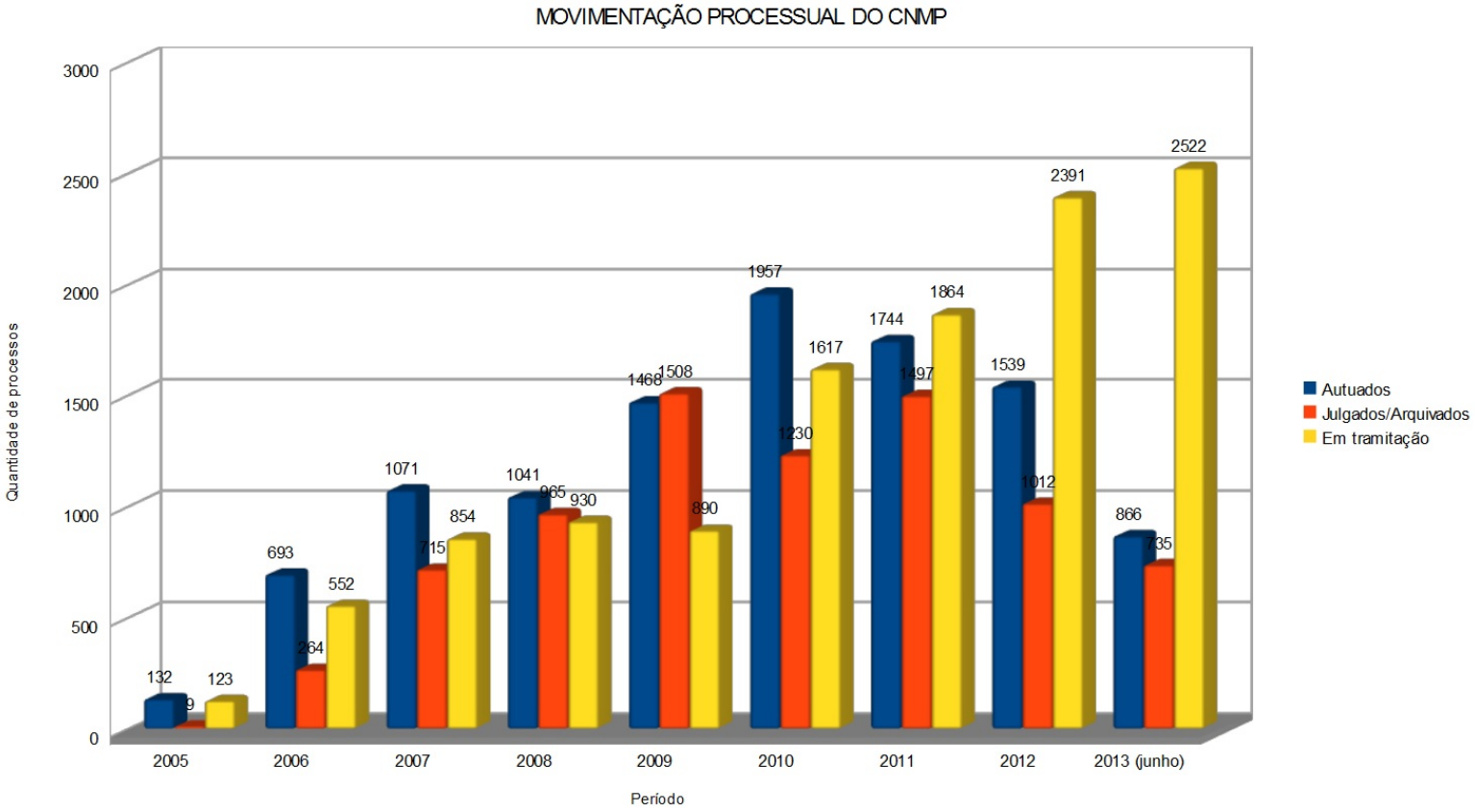
Comitê de Políticas de Segurança Institucional (CPSI) – Discute políticas de segurança para os procuradores e promotores do Ministério Público brasileiro. A ideia é estabelecer um planejamento de segurança, por meio de ações que promovam a uniformização, padronização e integração dos planos de segurança institucional e orgânica e das ações de segurança propriamente ditas. Foi criado em 2011. O comitê é composto por quatro grupos temáticos: Segurança de Recursos Humanos, Segurança Material, Segurança de Áreas e Instalações e Segurança da Informação.

Fórum Nacional de Gestão – Criado em 2012, o fórum é formado por membros e servidores de todos os Ministérios Públicos com atuação na área de gestão. O objetivo é promover a troca de experiências, o estudo, a análise e o intercâmbio de boas práticas administrativas, para aprimorar a gestão e os serviços prestados pelo MP à sociedade. Já elaborou Plano de Diretor 2012-2015, com dez projetos prioritários a serem executados em 2013-2014, em três eixos temáticos: mecanismos de gestão; gestão de pessoas; e gestão orçamentária e financeira.

Congresso de Gestão – Realizado anualmente desde 2010, o Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público discute melhores práticas de governança institucional. A cada edição, mais de 250 participantes das áreas de gestão, comunicação, TI e segurança institucional de todas as unidades do Ministério Público se reúnem em Brasília para três dias de debates, palestras e minicursos.

11. Plenário, Comissões e projetos

O número de processos autuados no Conselho Nacional do Ministério Público cresceu até 2010 e, desde então, permanece estável, conforme gráficos na página seguinte:



Para garantir o suporte à atividade-fim do CNMP, os gabinetes de conselheiros e as Comissões foram estruturados . Hoje, cada gabinete conta com, no mínimo, um Assessor Nível IV (CC-4) e um Secretário Administrativo Nível III (FC-3), enquanto as Comissões têm, pelo menos, um Assessor-Chefe (CC-5), um Assessor Nível III (CC-3) e um Assistente (FC-3), conforme estrutura criada pela Lei n. 12.412/11. Ao todo, Comissões, gabinetes e Secretaria Jurídica contam com 68 servidores, número três vezes maior que em 2009, quando havia 23 servidores ao todo.

Cresceu também o número de membros-auxilares e colaboradores em atividade nas Comissões e na Corregedoria Nacional do Ministério Público. Em junho de 2009, eram 14 membros auxiliares; hoje há 25 membros-auxiliares (com dedicação exclusiva ao CNMP) e cerca de 70 colaboradores (sem dedicação exclusiva).

A estruturação das Comissões e gabinetes permitiu o desenvolvimento de diversos projetos. Entre eles, podemos destacar:

Enasp – A implementação das ações da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) é um dos projetos definidos no Planejamento Estratégico do CNMP. Resultado de parceira entre CNMP, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça, a estratégia articula os atores do sistema de Justiça para busca de soluções conjuntas na área de segurança pública. O CNMP coordena a ação relacionada ao aperfeiçoamento da persecução penal dos crimes de homicídio, com resultados expressivos no mapeamento e na conclusão de inquéritos e processos e na capacitação dos profissionais envolvidos nessas tarefas.

Inspeções da Corregedoria Nacional – Coordenadas pelo corregedor nacional do Ministério Público, as inspeções recebem apoio da Administração na logística e no envio dos servidores para auxiliar o trabalho. Desde setembro de 2009, quando aconteceu a primeira inspeção, foram realizadas visitas em 14 estados: Piauí (em duas etapas), Alagoas, Paraíba, Pará, São Paulo (três etapas), Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rio de Janeiro (duas etapas), Bahia, Santa Catarina, Acre e Ceará.

Inspeções no Sistema Prisional – As inspeções mensais e anuais dos membros do Ministério Público no sistema prisional foram regulamentadas pela Resolução CNMP n. 56/11, que instituiu formulário próprio para orientar e padronizar as visitas. As inspeções e sua execução foram amplamente discutidas nas quatro edições do Encontro Nacional do Sistema Prisional, realizadas pela Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, em Brasília, com a participação de promotores e procuradores da área de execução penal de unidades do MP em todo o Brasil. Em março de 2013, entrou no ar o SIP-MP, sistema informatizado para envio das informações recolhidas nas inspeções. Os dados

nacionais relativos às visitas realizadas em março de 2013 foram compilados no relatório “A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro”, que traça uma radiografia do sistema.

Inspeções nas unidades de cumprimento de medida socioeducativa e de acolhimento - A exemplo das inspeções no sistema prisional, o Plenário do CNMP aprovou a regulamentação das inspeções do Ministério Público nas unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade (Resolução n. 67/11) e nas entidades de acolhimento (Resolução n. 71/11). Foram criados sistemas para envio dos dados coletados nas inspeções. O trabalho é coordenado pela Comissão de Infância e Juventude, responsável também pela realização de eventos na área da infância. Relatórios com os dados nacionais resultantes das visitas foram publicados em agosto de 2013.

Estruturação da Ouvidoria Nacional - A Ouvidoria do Conselho Nacional do Ministério Público foi criada em 19 de julho de 2011 pela Portaria CNMP-PRESI nº 82/11. É órgão de comunicação direta entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a sociedade e tem por objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento, aos cidadãos, das atividades realizadas pelo Conselho e pelo MP. Em 30 de agosto de 2011, entrou no ar o formulário eletrônico para contato com a Ouvidoria, acessível via link no sítio do CNMP. A medida facilitou o acesso do cidadão ao órgão, já que o formulário está disponível em endereço de fácil memorização (http://ouvidoria.cnmp.mp.br/). Ao mesmo tempo, permitiu a informatização do setor e o controle *online* do andamento das demandas. Com o novo Regimento Interno do CNMP, a Ouvidoria ganhou caráter nacional e passou a atuar também na articulação e integração das Ouvidorias de todo o MP. O cargo de ouvidor nacional é ocupado por conselheiro escolhido pelo Plenário, para mandato de dois anos.

Tabelas Unificadas - As Tabelas Unificadas do Ministério Público foram criadas por meio da Resolução CNMP n° 63/10, com o objetivo de uniformizar a taxonomia de classes, assuntos e movimentos processuais de todas as unidades do Ministério Público brasileiro. Por meio da Portaria CNMP-PRESI n° 7, de 16/2/2011, criou-se o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas, composto por membros e servidores de diversas unidades, com competência para administrar os mecanismos de implantação e implementação nacional das tabelas e com o dever de estabelecer critérios objetivos de alteração. Em fevereiro de 2013, das 30 unidades ministeriais, apenas duas não haviam implantado as Tabelas Unificadas, nove implantaram parcialmente e 17 implantaram integralmente, o que representa um percentual de sucesso de 93,34%. Com a adoção das tabelas unificadas foi possível gerar dados nacionais sobre a atuação do Ministério Público.

Portal de Direitos Coletivos - Em cumprimento à Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 2, de 21 de junho de 2011, foi desenvolvido o Portal dos Direitos Coletivos, um cadastro nacional que reúne informações sobre ações coletivas, inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta de todo o país, de forma facilmente acessível por qualquer cidadão. Por meio dele é possível uma ampla pesquisa por todos os membros do

Ministério Público, facilitando o compartilhamento de informações e experiências e contribuindo para o aperfeiçoamento da atuação institucional. Além disso, contribui para a publicidade e transparência, ao disponibilizar a consulta também para a sociedade e para os órgãos de proteção e defesa dos direitos coletivos. A coordenação do trabalho ficou sob a responsabilidade da Comissão de Planejamento Estratégico.

Cadastro Nacional de Membros - Criado pela Resolução CNMP n. 78/11, o Cadastro Nacional de Membros irá reunir, numa base de dados única, informações pessoais e funcionais dos quase 14 mil procuradores e promotores de todo o Ministério Público brasileiro. O projeto está sob a coordenação da Corregedoria Nacional do MP. O sistema poderá ser acessado pela Corregedoria Nacional - para verificar o cumprimento das resoluções que tratam de exercício de magistério e de residência na comarca – e pelos próprios Ministérios Públicos. Também permitirá que o público consulte, numa página única, o endereço, o telefone e o horário de expediente de todas as Procuradorias e Promotorias do país. A primeira etapa do sistema já está implantada. As duas etapas seguintes devem ser instaladas em agosto e em setembro de 2013.

Acessibilidade – Em atendimento à Resolução CNMP n.º 81/12, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e Estados às normas de acessibilidade, o Conselho instituiu a Comissão Temporária de Acessibilidade e organizou três edições do *workshop* “Todos Juntos por um Brasil Mais Acessível”. A intenção foi capacitar engenheiros e arquitetos das unidades do MP para acompanhar a implementação da resolução. Outros *workshops* estão previstos para 2013. A Comissão coordenou a impressão e distribuição cartilhas de bolso voltadas para arquitetos, engenheiros e membros do Ministério Público da União e dos Estados sobre o tema e disponibilizou roteiro básico de acessibilidade, a ser preenchido pelos MPs, a fim de aferir se as edificações atendem aos ditames legais concernentes à acessibilidade.